

Unicamp aprova cotas raciais e de ensino público a partir de 2019

Medida aumentará representatividade da população; política anterior era modelo de bônus

Em SP, 80% dos alunos do ensino médio estão na rede pública; 37,5% do Estado são pretos, pardos e indígenas

PAULO SALDAÑA
DE SÃO PAULO

A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) aprovou nesta terça-feira (30) a adoção de sistema de cotas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas. A política passa a valer no vestibular de 2019.

A proposta partiu da reitoria e foi aprovada em reunião do Conselho Universitário, órgão máximo da instituição. O formato será discutido por um grupo de trabalho até novembro deste ano.

O plano deve prever a meta de 50% de estudantes oriundos da rede pública, por curso e turno, e buscar a meta de

37,5% de autodeclarados PPI (pretos, pardos e indígenas), segundo registrado no IBGE no Estado de São Paulo. Com relação à meta de PPI, o projeto da Unicamp é mais arrojado que a Lei de Cotas das universidades federais.

A lei, de 2012, prevê que o percentual de PPI do esteja vinculado ao total de vagas reservadas (calculado sobre 50%, no caso). Na Unicamp, essa meta estará vinculada ao total de alunos. O atendimento a esse critério deverá ser gradual.

“A sociedade deve estar representada em uma universidade pública”, disse o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel. “Essa diversidade é algo com o qual a universidade só tende a ganhar e a crescer.”

Em São Paulo, mais de 80% dos estudantes do ensino médio estão em unidades públicas. A maioria na rede estadual.

Knobel ressalta que diver-

sos estudos realizados pelo país, e também na Unicamp, mostram que ingressantes de cotas têm desempenho acadêmico equivalente e até superior ao dos alunos aprovados nos mecanismos tradicionais. “O mecanismo de acesso não será a única mudança, teremos um programa

“ A sociedade deve estar representada em uma universidade pública

Essa diversidade é algo com o qual a universidade só tende a ganhar e a crescer

MARCELO KNOBEL
Reitor da Unicamp

de permanência estudantil e acompanhamento e desenvolvimento dos alunos”. Critérios de renda também podem ser levados em conta.

O modelo de ingresso, segundo o reitor, pode aliar o atual mecanismo de bonificação já adotado pela universidade à adoção de ingresso também por meio do Si-su (Sistema de Seleção Unificada), que usa a nota do Enem. A instituição tem desde 2004 o Paaís (Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social), que concede bônus a alunos de escolas públicas e PPI.

Em 2017, alcançou uma marca histórica: 50,3% dos matriculados eram de escolas da rede pública. O percentual de PPI foi de 22%.

O próprio reitor pondera, entretanto, que nem todos os cursos registraram o mesmo nível de inclusão — o que deve ser combatido com o novo formato.

Entre as três universidades estaduais, a Unesp (Universidade Estadual Paulista) foi a primeira a definir metas fixas de reserva de vagas, em 2014. No vestibular deste ano, a instituição já atingiu mais de 50% dos estudantes de escolas públicas, sendo que, destes, 36,7% são pretos, pardos e indígenas.

Este resultado já superou a meta estipulada para 2018. A instituição esperava no mínimo 45% de alunos de escola pública neste ano.

Já a USP (Universidade de São Paulo) também registrou alta na inclusão neste ano, mas não atingiu sua própria meta. A instituição também planeja mudanças para melhorar os indicadores.

Dos 10.994 matriculados, 4.036 são oriundos de escola pública. O número significa 36,7% desse total — a meta era chegar a 39% neste ano. Do total de matrículas, 19,3% são autodeclarados PPI.